

Resistência contra monoculturas de árvore: substantivo feminino

As mulheres são as principais impactadas pelos monocultivos de árvores e também são chave na resistência a esse modelo predatório. É isso que reforça o depoimento de duas mulheres, Choosri Olakig, da Tailândia, e Roze Lemos, do Brasil. Em contextos e continentes distintos, com monocultivos de dendê ou de eucalipto, as pressões que elas e seus territórios sofrem são bastante parecidas. Os caminhos de resistência que propõem também têm muitas afinidades.

As duas mulheres com quem conversamos, como muitas outras, estão na linha de frente de movimentos que ocupam e recuperam terras apropriadas ilegalmente por empresas, para garantir que sejam usadas como meio de vida e bem-estar coletivo. Ambas fazem parte de movimentos de camponeses sem terra em luta pela Reforma Agrária em seus países. Nas mesmas terras onde antes havia apenas uma propriedade irregular e um monocultivo devastador, hoje, ambas vivem com outras dezenas de famílias de agricultores e produzem alimentos diversificados.

Fazer frente ao avanço do dendê, na Tailândia, ou do eucalipto, no Brasil, significa confrontar a produção de commodities que servem a interesses corporativos e econômicos poderosos. E quando se é mulher, essa luta ganha ainda mais significado, já que ela é também contra o patriarcado. Como os depoimentos a seguir deixam claro, essa luta é contra um modelo do grande capital que impõe a monocultura e expulsa as mulheres e os homens do campo. Que mercantiliza as sementes e extermina as sementes crioulas, passadas de geração em geração, primordialmente pelas mulheres. Um modelo cujos monocultivos destroem a agricultura de subsistência, atividade essencialmente feminina. Que impõe aos territórios grandes projetos que vêm de fora e, muitas vezes, trazem com eles homens que aumentam os números de abuso sexual, ameaçando os corpos e as vidas das mulheres das comunidades. Um modelo de uso da terra que contamina as águas com agrotóxico, comprometendo o sistema reprodutivo das mulheres e a saúde da comunidade. Um modelo que, quando incorpora as mulheres, geralmente o faz em funções precárias e piores remuneradas.

Como diz Roze, a luta “contra a monocultura que concentra poder e renda em grandes empresas e em homens proprietários de terra” é a mesma luta contra as “desigualdades históricas que afetam principalmente as mulheres”. A seguir, compartilhamos seus depoimentos.

Tailândia: camponeses dão função social a áreas ilegais de monocultivo de dendê

A Tailândia é a terceira maior produtora de óleo de palma do mundo. É na região sul do país que se localiza a maior parte das plantações industriais de dendê. Foi aí que, em 2008, foi fundada a Federação dos Camponeses do Sul da Tailândia (SPFT, pela sigla em inglês). Desde então, esse movimento de camponeses e trabalhadores sem terra luta pelo direito à reforma agrária para construção de uma sociedade justa; pelos direitos comunitários de gerir a terra e os recursos naturais; pelo direito do campesinato e trabalhadores sem terra de terem acesso a novos assentamentos comunitários. (1)

A maior parte desses campesinos perdeu a terra para grandes empresas de dendê ou da borracha. Parte significativa deles, já sem terra, passaram a trabalhar como mão de obra barata para empresas desse mesmo setor. A semente desse movimento foi germinada quando esse campesinato começou a ocupar terras públicas que eram exploradas ilegalmente por empresas, sobretudo de plantação de dendê. Isso porque, nos anos 1970, como estratégia para combater o comunismo, o governo da Tailândia concedeu concessões de 30 anos para empresas privadas explorarem vastas áreas de terra pública. Entretanto, passado esse período, muitas empresas seguiram explorando as terras ilegalmente. Foram áreas como essa que os camponeses sem terra da região ocuparam. À época, sofreram uma dura repressão que desmobilizou o movimento por um período de quase 8 anos.

Parte desses ativistas voltaram a se organizar e fundaram a SPFT. Um processo que segue firme, ainda que também marcado por constantes ameaças de morte e intimidações por parte das empresas locais de plantação de dendê. Entre 2010 e 2015, por exemplo, quatro ativistas do movimento foram assassinados a tiros no contexto da luta pela terra. Na SPFT, as mulheres têm participação ativa na luta pela terra, entre outras coisas, porque a garantia da soberania alimentar está fortemente vinculada ao acesso da mulher à terra. Afinal, são as mulheres que garantem a produção comunitária de alimento em terras coletivas. Choosri Olakig é parte dessa construção.

Choosri Olakig: As mulheres estão no coração da nossa resistência

Meu nome é Choosri Olakig, sou tailandesa e membro da Federação dos Agricultores do Sul da Tailândia (SPFT). Eu fui agricultora sem terra em uma comunidade na província de Nakhon Si Thammarat, no sul do país. Antes disso, trabalhei em uma fábrica, mas voltei para casa aos 40 anos para resgatar práticas agrícolas tradicionais.

Há muito tempo, nosso povo depende da pequena agricultura para sua subsistência, pois cultivamos arroz, legumes, verduras e frutas para consumo próprio e para mercados locais. No passado, as terras agrícolas costumavam ser compartilhadas ou emprestadas entre os moradores, sem custo. No entanto, à medida que a produção agrícola melhorou e o valor da terra aumentou, também cresceram os conflitos por essas terras. Isso forçou muitas pessoas a arrendá-las ou a migrar para trabalhar. Eu queria evitar esses conflitos, então entrei para a SPFT para lutar por nossas próprias terras e, especificamente, para recuperar uma área que havia sido uma monocultura de dendê.

Image

Choosri Olakig, da Federação dos Camponeses do Sul da Tailândia (SPFT) (Foto: arquivo)

A luta

Nossa luta começou quando tentamos recuperar terras de empresas cujas concessões haviam expirado. Grandes monoculturas, principalmente de dendezeiros e seringueiras, ocupavam áreas imensas, que antes eram terras públicas ou de agricultura. Esses monocultivos causaram muitos impactos, como a perda de acesso a terras para plantar, forçando muitas famílias a se endividar ou a trabalhar na precariedade. Os monocultivos também causaram degradação ambiental, incluindo esgotamento do solo, perda de biodiversidade e poluição da água pelo uso de produtos químicos. Além disso, a influência e a intimidação por parte de empresas levaram à divisão social, dificultando a unidade das comunidades. Essas comunidades ocupam a terra desde a criação da SPFT, há 17 anos, mas ela ainda não foi formalmente reconhecida nem redistribuída a elas. As monoculturas continuam dominando a paisagem e definindo as estruturas de poder locais.

Desafios às mulheres na luta pela ocupação de terras

Nós, mulheres das comunidades da SPFT, enfrentamos maior vulnerabilidade devido à disputa pelas terras que ocupamos. Os riscos à segurança são constantes: as que saem da comunidade podem enfrentar assédio ou intimidação, e por isso nós costumamos viajar em grupos e mantemos registros de nossos movimentos por motivos de segurança. A insegurança econômica é outro problema: sem direito formal à terra, as fontes de renda das mulheres permanecem frágeis e as famílias dependem de trabalho assalariado precário. Os riscos à saúde também persistem, visto que muitas das terras que reivindicamos estão cercadas por antigas monoculturas que contaminaram o solo e a água com o uso de agrotóxicos. E a carga de trabalho com o cuidado é pesada, pois as mulheres assumem uma dupla jornada: manter o lar, ao mesmo tempo em que atuam na agricultura.

As mulheres enfrentam desafios externos e internos. Entre as ameaças externas estão assédio, intimidação e até intervenção militar, como em 2014, quando soldados cercaram a nossa comunidade e detiveram famílias para fazer o que chama de “ajuste de atitude”. Também há obstáculos legislativos e políticos, como as leis de terras que agora permitem que áreas de reforma agrária sejam usadas para fins industriais – por exemplo, para projetos de energia. Esses obstáculos restringem a participação das comunidades a contratos de arrendamento em vez de elas terem a propriedade da terra. As pressões sociais também persistem, já que as normas culturais predominantes geralmente fazem com que as mulheres não sejam incentivadas a se manifestar ou a assumir funções de liderança, apesar de nossas contribuições importantes. Outro desafio é a insegurança econômica.

O papel das mulheres na luta pela terra

As mulheres estão no centro da nossa resistência. Nossos papéis incluem a defesa da comunidade, que proporcionamos organizando medidas de segurança e promovendo decisões coletivas para proteger a comunidade de ameaças externas. Também promovemos a soberania alimentar, que realizamos por meio da agricultura orgânica, hortas caseiras e armazenamento de sementes para garantir o fornecimento de alimentos à comunidade sem depender das cadeias de produção do agronegócio. E somos chaves no apoio solidário, compartilhando alimentos e recursos com outras comunidades da nossa rede, principalmente durante crises como a da COVID-19.

As mulheres estão construindo alternativas rumo à autossuficiência

As mulheres estão à frente de iniciativas para criar alternativas autossuficientes e sustentáveis. A agroecologia e a agricultura orgânica são fundamentais para isso, pois nos permitem produzir legumes, verduras, frutas e arroz sem agrotóxicos para famílias e escolas locais, o que fortalece a nossa segurança alimentar. Outra de nossas iniciativas é a restauração florestal comunitária para recuperar a biodiversidade. Estamos replantando árvores nativas e criando espaços compartilhados para coleta de alimentos, cultivo de plantas medicinais e conservação da biodiversidade. As mulheres também estão contribuindo para a construção da economia local, por exemplo, por meio de processamento de alimentos em pequena escala, mercados locais e modelos cooperativos que mantêm o valor dentro da comunidade. Elas estão compartilhando conhecimento ao treinar outras comunidades na conservação de sementes, agricultura orgânica e estratégias de defesa comunitária. Essas alternativas não são apenas uma forma de resistência à desapropriação e à dependência das grandes empresas; elas também fortalecem a independência e a resiliência das comunidades.

Brasil: onde antes tinha eucalipto, hoje tem comida

O Brasil é um dos gigantes da produção de celulose, o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Parte significativa dessa produção está no estado da Bahia, onde se instalou a empresa Veracel. A empresa opera em 203,7 mil hectares de terras e, desde sua fundação, em 2005, já produziu pelo menos 21 milhões de toneladas de celulose. Hoje, essa empresa é uma joint venture (2) da sueco-finlandesa Stora Enso e da gigante do setor, a Suzano. Esta última, se apresenta como a maior fabricante de celulose do mundo.

Uma das áreas utilizadas ilegalmente para plantação de eucalipto pela Veracel foi uma fazenda de cerca de 1,3 mil hectares. Era uma área pública, ou seja, não poderia ser apropriada por uma empresa privada. E foi exatamente essa área que Roze e seus companheiros e companheiras do Movimento de Luta pela Terra (MLT) ocuparam, no ano de 2008 (3), fundando o Assentamento Baixa Verde. Desde então, 91 famílias que vivem na área lutam para que ela seja reconhecida pelo Estado como área de reforma agrária, já que transformaram aquele deserto verde ilegal em um território que tem função social. Onde antes havia eucalipto, agora nasce comida de uma agricultura familiar.

Nesses 17 anos, muita coisa aconteceu: despejos, ataques à comunidade, ameaças de morte e ameaças jurídicas. Enquanto a Veracel e suas apropriações ilegais de terra continuam impunes e contando com todo tipo de proteção das autoridades, o Assentamento Baixa Verde ainda aguarda ser reconhecido pelo Estado. Mas deixam claro que não dependem dessa segurança jurídica para trilhar seu caminho. Roze e as mulheres do assentamento foram chaves no trilhar desta jornada e sabem das pressões que esse tipo de empreendimento que combatem provoca, especialmente nas mulheres.

Roze Lemos: Mulheres Raízes da Terra, mantendo viva a ancestralidade

Meu nome é Roze Lemos, sou militante, mãe e avó. Minha comunidade se chama Assentamento Baixa Verde, somos agricultoras e agricultores rurais do Movimento de Luta pela Terra (MLT), na Bahia. Sou jurista leiga, agente agroecológica, técnica em agropecuária e formada pelo movimento de luta pela terra. Coordeno um grupo de mulheres agricultoras rurais chamado Mulheres Raízes da Terra.

Roze Lemos, do Movimento de Luta pela Terra (MLT), Brasil (Foto: Jheyds Kann)

Impactos do eucalipto na comunidade

A Veracel é a maior grileira de terras públicas no nosso território e é muito revoltante que o Estado seja tão omisso, ou melhor, conivente. O resultado é a proliferação de monocultivos de eucalipto em áreas públicas, o que impacta muito as comunidades da região.

O monocultivo de eucalipto afeta a nossa comunidade de várias formas, tanto socialmente quanto ambiental e economicamente. Na questão dos impactos econômicos, vemos a redução da produção de alimentos, porque as terras ficam ocupadas pelo eucalipto, então há menos espaço para a agricultura familiar de subsistência. O eucalipto tem alta demanda hídrica, o que reduz a disponibilidade de água nas nascentes, riachos e lençóis freáticos. Isso afeta nossa agricultura familiar e o abastecimento de água da nossa comunidade. Além disso, o eucalipto provoca o empobrecimento do solo: temos um solo pobre, totalmente degradado.

A redução da biodiversidade também é notável. Por se tratar de uma monocultura de eucalipto que substitui áreas de mata nativa, isso reduz muito a fauna e a flora locais. O uso de agrotóxicos e adubos químicos contaminam o nosso solo, nossos rios e nossas nascentes, prejudicando a saúde tanto das águas do nosso rio quanto da nossa comunidade.

Os impactos sociais são sentidos com o deslocamento de famílias, que muitas vezes se veem obrigadas a migrar para outros lugares. No caso de grandes empresas, como a multinacional que está no nosso território, a Veracel, elas compram as terras para o plantio, expulsam as pessoas e dificultam a permanência de agricultores e das pessoas pobres que moram naquele local. Isso acaba levando, entre outras coisas, à perda de identidade cultural. Por conta disso, nossa comunidade perdeu tradições ligadas à agricultura diversificada e à terra.

A economia local acaba ficando concentrada na venda de madeira, com pouco benefício direto para pequenos agricultores. A geração de empregos é baixa, porque o monocultivo é mecanizado e emprega pouquíssima mão de obra, diferente da agricultura familiar diversificada, que envolve mais pessoas trabalhando. Isso tudo, sem falar dos conflitos fundiários: o avanço do eucalipto gera disputas entre comunidades e empresas, como aconteceu na nossa comunidade.

Em resumo, o monocultivo do eucalipto pode trazer benefícios econômicos para grandes empresas, mas para as comunidades rurais, como a nossa, significa perda de água, terra, biodiversidade e oportunidades de vida digna.

Impactos desses monocultivos nas mulheres

Em nossa comunidade, o plantio de eucalipto tem impactos amplos e, quando olhamos especificamente para as mulheres, esses impactos ficam ainda mais evidentes, já que elas costumam estar na linha de frente do cuidado com a família, com a alimentação e com a vida comunitária.

Por exemplo: a redução da agricultura familiar com o avanço do eucalipto, que ocupa terras que poderiam ser usadas para plantar alimentos, afeta diretamente as mulheres. Muitas vezes somos nós, as mulheres agricultoras, as responsáveis pelas hortaliças, pelos quintais produtivos e pelas feiras locais. Isso também nos dá independência econômica. Por isso, a monocultura pode enfraquecer a autonomia das mulheres, pois diminui a oportunidade de geração de renda ligada à produção diversificada de alimentos, ao artesanato e ao extrativismo.

Há também os impactos ambientais, como a escassez de água. Tudo isso impacta socialmente as mulheres, porque sobrecarrega o trabalho delas, já que aumenta o esforço para garantir alimentação, água e cuidado com a família.

A monocultura de eucalipto também provoca erosão cultural: ela enfraquece os laços comunitários e o modo de vida camponês, que costuma ser mantido e transmitido principalmente por nós, mulheres. A perda da biodiversidade também diminui o acesso às ervas medicinais e às plantas nativas, afetando o saber tradicional das mulheres sobre cuidados com a saúde da família e sobre práticas culturais tradicionais.

Na saúde, o uso de agrotóxicos e insumos no cultivo pode gerar problemas de saúde para nós, mulheres, e para crianças, especialmente em atividades domésticas ligadas à água e à alimentação. Em resumo, o plantio de eucalipto não afeta apenas o meio ambiente e a economia, mas também recai com mais peso sobre nós, mulheres, porque atinge diretamente a nossa rotina, nossa autonomia, nossa saúde e nossos saberes. Então, temos que ter resistência e organização.

Papel das mulheres na resistência

Quando nós entramos e ocupamos essa terra em que hoje vivemos, plantamos em meio aos tocos dos eucaliptos. Depois, fomos melhorando isso, mas a nossa resistência ao plantio começou dessa forma. Muitas de nós, mulheres rurais, camponesas, temos sido protagonistas da resistência à expansão do eucalipto, defendendo territórios, sementes crioulas, agroecologia e modos de vida sustentáveis. Ao nos organizar, fortalecemos também a luta por direitos de gênero, já que a monocultura tende a concentrar poder e renda em grandes empresas e em homens proprietários de terra. Ou seja, garantimos que todas as pessoas tenham igualdade de direitos, oportunidades e tratamento, reconhecendo as desigualdades históricas que afetam principalmente as mulheres. Alternativas construídas pelas mulheres

Dante de tantos problemas causados pelo impacto da empresa Veracel e do plantio de eucalipto, a alternativa que nós, mulheres do Assentamento Baixa Verde, criamos foi formar um grupo de resistência chamado Mulheres Raízes da Terra. Nós trabalhamos com raízes, porque o cultivo da mandioca e das raízes veio com os indígenas e com os quilombolas. Então, o que a gente está fazendo hoje dentro da nossa comunidade é manter viva essa ancestralidade, cultivando esses produtos de forma agroecológica, de forma saudável.

Hoje, estamos construindo dentro da comunidade nossa primeira cozinha-escola como alternativa para melhorarmos a renda familiar e a alimentação. Através da cozinha-escola, vamos poder ensinar

sobre agroecologia e alimentação saudável para outras pessoas, homens, mulheres e jovens do território que tenham interesse em somar com a luta e resistência das mulheres. Trabalhamos com o que é produzido dentro da comunidade, como hortaliças, batata, abóbora, enfim, tudo aquilo que se transforma em alimento. É a partir desse trabalho que inventamos, construímos e nos fortalecemos como comunidade. Essa é, portanto, uma alternativa de saída para os problemas que temos enfrentado por conta dos monocultivos de eucalipto.

Referências:

(1) Supatsak Pobsuk; Thailand Programme Officer; Focus on the Global South, 2019. [Alternative Land Management in Thailand: A study of the Southern Peasants' Federation of Thailand \(SPFT\)](#)

(2) Joint venture é uma parceria entre duas ou mais empresas que unem recursos, competências ou tecnologias para realizar um projeto ou empreendimento em comum, compartilhando riscos, lucros e custos.

(3) Teia dos Povos, 2025. [A Incessante Luta do Assentamento Baixa Verde – MLT Contra a Monocultura do Eucalipto](#)